

1º Seminário Cultura e Universidade

Bases para uma política nacional de cultura
para as Instituições de Ensino Superior



Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA



FICHA TÉCNICA

I SEMINÁRIO CULTURA E UNIVERSIDADE: BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra Marta Suplicy

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora Dora Leal

FÓRUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO

Presidente Sandra de Deus

PRODUÇÃO

Universidade Federal da Bahia e Ministério da Cultura

ARTE SEMINÁRIO

Assessoria de Comunicação/Ministério da Cultura

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Coletivo Soylocoporti [Juliana Deslandes]

ILUSTRAÇÕES

Robson Vilalba

FOTOGRAFIA

Paulo Munhoz

PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO

Coletivo Soylocoporti

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Paralaxe Estudos e Produções

Agradecimento aos representantes das diversas Secretarias do MinC que, conjuntamente, formularam o Seminário, aos participantes que colaboraram na construção das propostas para o fortalecimento da cultura e da arte no Brasil, aos relatores dos grupos de trabalhos, à equipe da UFBA (CPD, Agenda e TVUFBA) e Regional Nordeste/MinC pela realização dos registros em diversos formatos e, por fim, à produção, pela realização qualificada do evento.

Especial agradecimento à preciosa contribuição e dedicação incansável da Pró-reitora da UFBA, Dulce Aquino, na promoção do enlace da arte e da cultura à educação superior.



SUMÁRIO

NOTAS SOBRE O SEMINÁRIO 05

O LEGADO DE ANÍSIO TEIXEIRA PARA A CULTURA E A EDUCAÇÃO 08

MESAS

Mesa de abertura: Construindo diretrizes para uma política pública de cultura para as Universidades **11**

Mesa 1: Diversidade na Universidade – Parcerias **14**

Mesa 2: A Formação de Gestores Culturais e o Sistema Nacional de Cultura **15**

Mesa 3: Uma política para acervos digitais e a interface com a educação **16**

Mesa 4: O desafio da expansão do ensino, da pesquisa e da extensão em arte e cultura **18**

Mesa 5: Perspectivas para formação em competências criativas **20**

GRUPOS DE TRABALHO

GT 1 - O desafio da expansão do ensino, da pesquisa e da extensão em arte e cultura. **23**

GT 2 - Gestão cultural e as instituições de ensino superior **29**

GT 3 - Perspectivas para a formação de profissionais dos setores criativos coordenação e mediação. **32**

GT 4 - Diversidade na universidade **34**

GT 5 - Estratégias transversais de comunicação e cultura **37**

GT 6 - Equipamentos culturais e circulação da produção artística e cultural **40**

GT 7 - Direitos autorais e recursos educacionais abertos **42**

PROGRAMAÇÃO 49

REFERÊNCIAS 51



NOTAS SOBRE O SEMINÁRIO

CONSTRUÇÃO

A realização do I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior deve-se em grande parte, à ação permanente da Coordenação Nacional de Cultura do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT), no período representada pela Pró-Reitora da UFBA, Dulce Aquino. Foram necessários, aproximadamente, dois anos de diálogo entre diversas instituições a fim de alargar horizontes para o desenvolvimento de uma parceria, que viesse assumir os contornos e envergadura de política pública federal e interministerial, entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura.

A educação superior - que desde o início do primeiro governo Lula - tem se expandido consideravelmente em todo o Brasil também incrementou a formação artística. Novos cursos e equipamentos foram criados desde 2003 e esse processo possui desdobramentos até o presente momento. Houve um aumento considerável dos cursos de artes que hoje somam mais de 160 e atendem à formação nas linguagens do teatro, da dança, das artes plásticas e da música. Assim como foram criados cursos de design, de cinema, de educação artística, de decoração e moda além de bacharelados interdisciplinares nas artes.

Ao mesmo tempo, diversas novas ações disparadas pelo Ministério da Cultura alcançavam, mais diretamente, as Universidades. A Secretaria de Articulação Institucional (SAI), com a agenda de formação de gestores de cultura mediante a instalação progressiva do Sistema Nacional de Cultura, a Secretaria da Economia Criativa (SEC) com o Observatório Brasileiro de Economia Criativa (OBEC) localizado nas universidades e o incremento da formação voltada aos setores criativos da cultura, a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), desenvolvendo diversas parcerias, como a exemplo, a do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa (INCTI).

A Secretaria de Políticas Culturais (SPC), em especial, por meio de sua Diretoria de Educação e Comunicação para Cultura, constituiu-se como um locus importante de articulação transversal da educação e da cultura, tendo sido responsável pela pactuação das ações

que resultaram, em 2011, na assinatura do Acordo de Cooperação entre MinC e MEC. O acordo reunia esforços para promoção da integração da cultura e da educação, dentre outros aspectos, voltados ao ensino fundamental e médio (Mais Cultura nas Escolas) e técnico (PRONATEC Cultural).

No intuito de desenhar e formalizar a cooperação interministerial voltada ao Ensino Superior público, o Seminário reuniu, em sua formulação, a contribuição advinda das diversas Secretarias supracitadas e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

Mediante a intenção de gerar condições visando operacionalizar toda a inteligência coletiva na formulação de um Programa que enfrentasse e contemplasse a diversidade de possibilidades do reatamento do tema da cultura e das artes nos campos da pesquisa, ensino e extensão, configurou-se o I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior.

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Cultura realizou, em parceria com a Universidade Federal da Bahia e o Fórum de Pró-reitores de Extensão, o I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior, entre os dias 22, 23 e 24 de abril de 2013, na cidade de Salvador.

Durante três dias, foram reunidas mais de trezentas pessoas, de todo o Brasil. Pesquisadores, pró-reitores de extensão, pesquisa e ensino, representantes dos estudantes e das rádios, TVs e editoras universitárias, diretores de institutos e centros de artes além de gestores públicos de órgãos como MinC, MEC, MCTI, CAPES, CNPq, FINEP, representantes da sociedade civil e de movimentos comprometidos com o desenvolvimento de políticas públicas no campo da cultura e da educação tiveram a oportunidade de construir as bases sobre as quais o Programa, que fortalecesse a Arte e a Cultura nas instituições de ensino superior, devesse ser erigido.

Com o objetivo de sensibilizar, mobilizar e articular Instituições Públicas de Ensino Superior e dialogar sobre ações que pro-



movessem o desenvolvimento da cultura, envolvendo a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura, comunicação, gestão pública e em técnicas e processos relacionados aos setores criativos, na ocasião, foram promovidas diversas formas de trocas.

Na abertura do Seminário, foi proferida uma palestra pelo Professor Dr. Honoris Causa pela McGill University, no Canadá, Naomar de Almeida Filho, sobre o legado de Anísio Teixeira para a cultura e a educação, em homenagem à memória do educador baiano que dedicou sua vida e obra à elevação da educação como condição de direito universal e efetivo para os brasileiros.

O Seminário dividiu-se em cinco Mesas Temáticas e sete Grupos de Trabalho. As Mesas contaram com a participação de segmentos do governo e das universidades, distribuídas nos seguintes temas: O desafio da expansão do ensino, da pesquisa e da extensão em arte e cultura, A Formação de Gestores Culturais e o Sistema

Nacional de Cultura, Uma política para acervos digitais e a interface com a educação, Diversidade na Universidade – Parcerias, Perspectivas para formação em competências criativas. As mesas provocaram e articularam os temas que alimentaram o debate nos grupos de trabalho.

Nos grupos de trabalho, temas como o desenvolvimento da arte e da cultura, diversidade cultural, meios de comunicação e cultura, formação de profissionais para o setor criativo, gestão cultural, direitos autorais, recursos educacionais abertos, equipamentos culturais e circulação da produção de arte e cultura estiveram em pauta nesse amplo diálogo que reiterou a ideia da universidade como um pólo de produção, difusão e circulação cultural.

A arte - como experiência estética - compareceu e permeou toda a programação. Na abertura, os participantes tiveram o prazer de ouvir a Orquestra de Violões da UFBA, sob coordenação do Prof. Ricardo Camponogara de Melo.

Depois, ao longo da pausa do café, tivemos uma intervenção do Grupo de Dança Contemporânea da UFBA, sob coordenação da Prof^a Leda Ianitelli, na qual os participantes foram convidados a improvisar e dançar juntamente com os dançarinos.

Por fim, o Grupo de Percussão da UFBA, sob coordenação do Prof. Jorge Sacramento, fez muita gente mexer o corpo também.

É com grande alegria que entregamos os resultados do I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior.

Primeiramente, temos um breve recorte da magnífica palestra do Prof. Naomar de Almeida Filho, que nos trouxe a experiência viva de Anísio Teixeira e a dimensão de que educar é uma arte.

Na sequência, foram recolhidas breves falas nas Mesas Redondas que oferecem o tom do debate.

Finalmente, encontram-se aqui reunidas as propostas oriundas de dias de debates nos grupos de trabalho do I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior. As formulações presentes nesta publicação são, portanto, fruto da construção e da colaboração de todos - da inteligência e sensibilidade coletiva - que lá compareceram e sustentaram seus projetos de junção da cultura da arte e da educação.



“O importante desse Seminário, primeiro, foi a aderência que teve, um número enorme de universidades, quase todas as universidades públicas estavam com representantes aqui. Uma presença significativa de gestores do MinC e também uma abertura muito importante com o atual responsável pela Secretaria de Ensino Superior no MEC. Isso foi importante. As mesas foram extraordinárias, as pessoas que estavam e as contribuições que deram, os GTs realmente com resultados palpáveis: está sendo muito inspirador o que se tirou daqui”

**DULCE AQUINO, PRÓ-REITORA DE AÇÕES
AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL/UFBA**

Agradecemos a cada um que contribuiu
para o sucesso desse Seminário.

A COMISSÃO ORGANIZADORA



O LEGADO DE ANÍSIO TEIXEIRA PARA A CULTURA E EDUCAÇÃO



Um dos personagens centrais da história da educação do Brasil foi tema da palestra de abertura do I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior. Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité, na Bahia, em 1900. Nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização. Responsável por reformar o sistema educacional na Bahia e no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira tomou parte de uma formação autodidata e é considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira do século XX. Foi pioneiro nas discussões de cultura e de educação, envolvendo-se na implementação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de favorecer educação gratuita e obrigatória a todos.

Ministrada por Naomar de Almeida Filho, Médico, Mestre em Saúde Comunitária, Ph.D. em Epidemiologia, Doctor of Science Honoris Causa McGill University, Canadá, Professor Titular e ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, a palestra contou com a participação de Cláudia Leitão (Secretária de Economia Criativa – MinC), Américo Córdula (Secretário de Políticas Culturais Substituto – MinC), Bernardo Novaes Machado (Secretário de Articulação Institucional Substituto – MinC) e Pedro Azevedo Vasconcellos (Diretor da Cidadania e da Diversidade Cultural – MinC).

Naomar expôs as reflexões do educador em relação ao ensino no Brasil, abrindo para os comentários dos participantes da mesa. Diversidade cultural, formação, práticas populares e linguagens artísticas foram alguns dos temas abordados no encontro.

Como teórico da educação, Anísio evoluía seus próprios conceitos de cultura, arte e educação. “A educação é uma arte. E arte é algo de muito mais complexo e de muito mais complexo que uma ciência”, dizia. Textos que tratavam da relação e da opinião de Anísio com a educação foram exibidos durante a palestra, assim como a sua contribuição para a educação brasileira. Nos anos 50, dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, órgão do governo federal que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, passou a se chamar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Desenvolveu e foi o primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual CAPES, criada em 1951 pelo presidente Getúlio Vargas.

Suas concepções ainda hoje são pensadas e estruturadas para a melhoria do atual sistema curricular universitário. A Universidade pensada por Anísio deve conter as seguintes características: inclusão social, massificação, uso intensivo das tecnologias, integração ao sistema de educação pedagógica da autonomia criativa, desafiadora, ousada, internacionalização, epistemo-diversidade e sustentabilidade. São características essenciais para a formação de uma instituição superior de ensino. Os bacharelados interdisciplinares, modalidade de formação que atualmente faz parte de 15 universidades brasileiras, como a UFBA, parte de um pensamento embrionário da “estrutura curricular dos cursos das universidades” de Anísio Teixeira.

Junto a Darcy Ribeiro, o educador foi um dos idealizadores do projeto da Universidade de Brasília inaugurada em 1961, da qual veio a ser reitor em 1963, mas afastado após o golpe militar de 1964. Anísio sempre foi defensor da universidade aberta, de uma ampliação do acesso e de uma mudança radical na estruturação curricular, pensando-na como um espaço criador, criativo e inovador. “Todos podem fazer arte e todos podem produzir conhecimento”, conclui Naomar.





MESAS

REDONDAS



MESA DE ABERTURA: CONSTRUINDO DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA PARA AS UNIVERSIDADES



- **RENATA MONTEIRO** – Secretária Executiva Adjunta do Ministério da Cultura
- **PAULO SPELLER** – Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
- **OSWALDO BARBA** – Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
- **DORA LEAL** – Reitora da Universidade Federal da Bahia
- **SANDRA DE DEUS** – Presidente do Fórum de Pró-reitores de Cultura e Extensão
- **ALICE PORTUGAL**, Deputada Federal
- **LAURA BEZERRA** – Representante da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
- **RAFAEL BARREIRA** – Representante da UNE

Reunindo mais 300 pessoas, a mesa de abertura consagrou a união daquilo que não deveria ter sido separado: a Cultura e a Educação. As mestras de cerimônia e representantes das instituições organizadoras do Seminário dão as boas vindas. Juana Nunes, pelo MinC e Dulce Aquino, pela UFBA e PROEXT.



“Com esse debate queremos que a Universidade se comprometa com as políticas culturais, repense seu papel como produtora e circuladora de cultura, valorize a produção cultural universitária e possa ver a Cultura em sua importância na pesquisa, no ensino e extensão. Nós queremos colaborar para implementar essas mudanças.”

JUANA NUNES, Diretora de Educação e Comunicação para a Cultura da Secretaria de Políticas Culturais e responsável pela implementação do Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação

“A importância desse Seminário é reunir as Universidades Públicas e o Ministério da Cultura com vistas à construção de políticas de cultura para o ensino superior do país. Sendo a universidade importante vetor de desenvolvimento social este seminário contribuirá para o início de um processo de construção de políticas na área da cultura tendo a universidade como protagonista, em parceria com o Ministério da Cultura”

DULCE AQUINO, Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil/UFBA



A realização do I Seminário Cultura e Universidade reflete o esforço do MinC em construir uma política nacional de cultura junto às Instituições de Ensino. “Criamos uma Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura para fortalecer a pauta da Cultura na Educação. Além disso, o Mais Cultura nas Escolas terá um investimento de R\$ 100 milhões em cinco mil projetos culturais dentro de escolas públicas, através dessa importante parceria com o Ministério da Educação.”

RENATA MONTEIRO, Secretária Executiva Adjunta do Ministério da Cultura

O Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação reflete um compromisso do MEC com a Cultura não só no âmbito do Ensino Superior. “É um processo de inclusão maior, no sentido de que o avanço das universidades federais nos interiores do Brasil alavanca processos culturais mais profundos, mobilizando municípios a construir seus planos, seus sistemas de cultura, e a demandarem mais de nós nesse processo”, apontou Speller. “O ProExt [Programa de Extensão Universitária], nesse sentido, vem crescendo e ocupando, inclusive materialmente, o lugar de articulação e realização dessas ações, que nos unem com tanta responsabilidade à Cultura.” “O “cezinho” do MEC, é uma dívida histórica. Esse C sempre nos faz lembrar de que a educação não anda sem a cultura.”

PAULO SPELLER, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação



Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) – em expansão – poderão ser um “ponto importante de apoio” à Cultura e Educação para a formação de agentes culturais e pontos de cultura. Os CVTs hoje são unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico que envolvem universidades e municípios, podendo assim contribuir para a constituição dos sistemas municipais de cultura. a ciência e tecnologia” tem o que fazer com a Cultura, já são mais de 200 centros vocacionais tecnológicos (CVTs) que podem, por exemplo, colaborar na formação de agentes de cultura, auxiliar os pontos de cultura. Ele convida para a intensificação dessa discussão.

OSWALDO BARBA, Secretário da Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

A parceria entre os ministérios também foi celebrada pela reitora da Universidade Federal da Bahia, Dora Leal, que reforçou o aspecto da otimização de recursos, mas também expôs uma fala inspirada sobre a necessidade da Cultura na formação do homem: “A vida é muito mais do que ser um médico, um advogado, um especialista. Compreendemos que a educação é trabalhar o homem em sua dimensão plural”.

DORA LEAL, Reitora da Universidade Federal da Bahia (UFBA)



“Há cerca de dois anos e meio, o ProExt vem dialogando, junto ao MinC, sobre a proposta deste Seminário. “Não estamos partindo do zero; ao contrário, este é um momento de crescimento e de conquista, com a parceria entre MinC e MEC nas universidades”

SANDRA DE DEUS, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Cultura e Extensão.

A deputada convoca a Universidade a colaborar no alcance de todos os setores da sociedade. Faz referência ao bom desenvolvimento da SESU/ MEC na sensibilização à expansão universitária.

ALICE PORTUGAL, Deputada Federal



A Bahia, através da Secretaria de Cultura do Estado, está na segunda edição do edital voltado especificamente para Formação e Qualificação na área cultural.

LAURA BEZERRA, Representante da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

“Muito interessante todos os temas discutidos no 1 Seminário Cultura e Universidade, momento único para pensar a nova universidade. Em relação à formação, apresentou o Guia Prático para a formação do Cuca, com a expectativa de “sair daqui com uma agenda bastante propositiva para a cultura na universidade”.

RAFAEL BARREIRA (BUDA), Representante da União Nacional dos Estudantes (UNE)



Até recentemente, a cultura brasileira sofria uma divisão histórica que correspondia à distância entre dois universos sociais: o “povo” e a “elite”. O primeiro, responsável pelas chamadas culturas populares – marcadas pelos saberes e fazeres tradicionais, e pela transmissão oral – enquanto à elite cabiam as “belas artes” e os saberes acadêmicos. Com isto, os mestres e mestras das culturas populares, bem como os povos indígenas e outras comunidades tradicionais, não tinham acesso à universidade, e o padrão acadêmico de transmissão de conhecimentos tornou-se cada vez mais dependente da escrita. Ao promover e proteger a diversidade das expressões culturais brasileiras, em consonância com a Declaração Universal da Diversidade Cultural e com a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, o Ministério da Cultura busca incentivar formas de diálogo e interação entre esses dois universos. A proposta dessa mesa é refletir sobre algumas experiências realizadas nesse sentido, e refletir sobre os desafios encontrados, seus resultados e perspectivas.

“Diversidade é a matriz para a construção do conceito de cidadania”, é o que defende Pedro Domingues Monteiro Junior. Domingues discutiu o assunto na mesa Diversidade na Universidade, no primeiro dia do 1º Seminário Cultura e Universidade.

Partindo de uma breve análise da formação cultural da sociedade brasileira, os palestrantes ressaltaram a importância dos saberes: os saberes milenares da cultura indígena, os saberes dos afrodescendentes, dos quilombolas, entre outros. “A sociedade ignora a existência dos saberes dos povos tradicionais”, diz Othon Leonardos. O debate em torno da noção de diversidade abordou temas como: novas formas de troca de saberes, os saberes não reconhecidos, a importância das políticas de ações afirmativas como forma de extermínio do modelo excludente e dicotômico da atual universidade e a importância das políticas voltada para as minorias.

Dessa forma, o tema do cenário atual da universidade foi um ponto forte do debate. Para José Jorge de Carvalho, as universidades são “brancas” e elitistas. O estudioso defende ser necessária a reconstrução do ensino universitário, a mudança no corpo docente e discente para a integração dos saberes. E não só do ensino, como do espaço universitário também, com a criação de Centro de Artes tradicionais. “As nossas universidades não parecem com a sociedade. Elas não incorporam a riqueza do saber que a sociedade tem. Os mestres acumulam saberes durante muitos anos, mas não podem passar para a juventude nas universidades porque não tem como entrar se não tiver um diploma de pós-graduação, você não pode transmitir o seu saber numa universidade. A gente não pode pedir que esses mestres tenham diploma de pós-graduação, a gente precisa encontrar uma maneira que eles possam entrar pra transmitir saberes importantes”, pondera.



• **PEDRO DOMINGUES MONTEIRO JUNIOR** – Coordenador Geral de Programas e Projetos Culturais da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural – MinC

• **PROF. OTHON LEONARDOS** – Professor e pesquisador colaborador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB;

• **PROF. JOSÉ JORGE DE CARVALHO** – Professor Associado da Universidade de Brasília e Coordenador do INCT – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do CNPq

• **MARTHA ROSA FIGUEIRA QUEIROZ** – Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares – MinC

Mediação: **MARIA HELENA DA ROCHA BESNOSIK** – Pró-reitora de Extensão – UEFS



A FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS E O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA



• **BERNARDO MATA MACHADO** – Secretário de Articulação Institucional Substituto/MinC

• **JOSÉ MÁRCIO BARROS** – Professor da UEMG e PUC Minas Gerais. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural.

Mediação: **FERNANDO ARTHUR DE FREITAS NEVES** – Pró-reitor de Extensão – UFPA

A Constituição Federal, no artigo 215 (inciso III do §3º), refere-se à “formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura, em suas múltiplas dimensões”, como uma das ações necessárias ao “desenvolvimento cultural do país”. O artigo 216-A (inciso VIII do §2º) situa o “programa de formação na área cultural” como um dos componentes da estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nos três níveis de governo (União, Estados e Municípios). O Ministério da Cultura, por meio da Portaria nº 123/2011, estabeleceu as metas do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12343/2010) para os próximos dez anos e incluiu a previsão de “capacitar gestores e conselheiros de cultura em 100% das Unidades da Federação e em 30 % dos Municípios” (Meta 36). A institucionalização de uma política de formação de gestores culturais é a consequência lógica desse arcabouço político e jurídico construído nos últimos anos. Nesse cenário, é imprescindível que as Instituições Públicas de Ensino Superior assumam o papel de protagonistas na criação de uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão voltada para a formação em gestão e política cultural. Dessa forma, estarão contribuindo para cumprir a obrigação fundamental atribuída ao Estado Brasileiro pela Constituição Federal de “garantir a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais” (artigo 215). No final do primeiro dia de Seminário, o debate girou em torno da im-

portância dos gestores culturais no desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e da necessidade de que a formação seja um meio, e não um fim em si, para a atuação do gestor cultural.

Em relação à formação de gestores culturais e a necessidade de expandir a atuação dessa figura nos estados e municípios brasileiros, “o Plano Nacional de Cultura inclui como um de seus objetivos qualificar a gestão da cultura nos âmbitos público e privado. É necessário profissionalizar e especializar os gestores”, pontuou Bernardo Machado. A meta decenal do plano, lembra o Secretário, é cobrir todos os estados da federação e 30% dos municípios com gestores culturais capacitados. Além da formação, o Bernardo citou o artigo 215 da Constituição Federal, que diz que o Estado deve garantir a todos os direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. “Temos um marco regulatório bastante denso. Já que a função do Estado é dessa ordem é necessário criar uma estrutura capaz de sustentar isso”, refletiu.

Machado, que também é produtor cultural, ator e diretor do teatro, fez sugestões sobre quais seriam as competências necessárias para a formação de um gestor cultural, diante do fato de que ainda não há um consenso sobre a formação nessa área. Dentre as competências necessárias ele citou, por exemplo, a formação em ciência política, comunicação, direito, filosofia, estética, entre outros. Por outro lado, há a necessidade também de se definir quais seriam os chamados direitos culturais. “Há uma indefinição ainda, até internacional, sobre quais são esses direitos”, disse.

O professor José Márcio Barros problematizou o assunto, gerando questionamentos sobre os direitos culturais, a formação de gestores e as relações entre a Educação e a Cultura no Brasil que para ele deveriam ser mais estreitas. “Quando se comemoraram os 25 anos do Ministério da Cultura, a minha vontade era a fusão dos dois ministérios. Nas áreas de Educação e Cultura é impossível pensar só em parcerias. É preciso ser mais radical”, defendeu.

José Márcio também ressaltou que a formação de gestores não é uma alternativa, mas uma necessidade imediata para se pensar a cultura no Brasil de uma forma mais permanente. “Eu penso que a partir desses encontros institucionais, a gente deve propor alguma coisa com mais permanência”, ressaltou.

O professor também cobrou energia para se pensar em políticas culturais voltadas para o assunto, afirmando que “não nos cabe mais discutir metodologias”, mas tratar de políticas com consequências concretas.



UMA POLÍTICA PARA ACERVOS DIGITAIS E A INTERFACE COM A EDUCAÇÃO

Explorar as possibilidades que plataformas digitais públicas podem oferecer para o acesso qualificado às informações culturais e abranger nesta reflexão a questão do acesso integrado aos acervos em processo de digitalização nas diversas instituições que integram o Sistema MinC, possibilitará a formulação de um plano nacional para acervos digitais. O objetivo é disponibilizar ao internauta brasileiro a oportunidade de, a partir de uma escola pública, de uma universidade, ou de um CEU das Artes, navegar por entre acervos de Bibliotecas, Museus e Arquivos como o da Cinemateca Brasileira. E não só acessar, mas também utilizar, reprocessar (elaborar novos conteúdos pedagógicos), recomendar, enfim, exercitar sobre os conteúdos nacionais as práticas que já são bem conhecidas dos internautas brasileiros nos animados ambientes das redes sociais.

Na abertura dos debates do segundo dia de Seminário as novas tecnologias e, como elas interferem no processo educativo, se consolidaram como importante tema de debate e análise coletiva no Seminário, reconhecendo assim que a educação tem passado por inúmeras alterações no que se refere às tecnologias empregadas para o ensino e o modo de ensinar impactado pela tecnologia.

Mais recentemente, o uso das tecnologias de comunicação ajudou a ampliar a difusão dos saberes para atingir pessoas distantes. O tema suscitou a importância de explorar quais possibilidades as plataformas digitais públicas oferecem para o acesso qualificado às informações culturais. De acordo com o professor Messias Bandeira, o Brasil foi protagonista na cultura digital, sobretudo na gestão do músico Gilberto Gil no Ministério da Cultura, entre os anos 2003 a 2008, propiciando o seu crescimento através dos Pontos de Cultura.

Nos últimos anos houve uma série de transformações no campo da cultura e da produção do conhecimento e a universidade se mostrou como um importante ambiente no qual essas tecnologias da informação e da cultura foram mais apropriadas e articuladas. O que se vê nas redes sociais é a possibilidade de se pensar a cultura em outras perspectivas. Esse cenário, das novas tecnologias, afeta também diversos outros segmentos, como o cinema, o audiovisual, o mercado editorial, entre outros.

Para Messias Bandeira, este é um cenário bastante promissor porque a atuação em rede, a formação de comunidades e a cidadania global têm estabelecido novos horizontes para se pensar o empoderamento social, a questão da formação e sobre o modo como as pessoas lidam



• **AMÉRICO CÓRDULA** – Secretário de Políticas Culturais Substituto

• **MESSIAS BANDEIRA** – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia

• **ÁLVARO MALAGUTI** – Representante da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Mediação: **SANDRA DE DEUS** – Pró-reitora de Extensão – UFRGS / Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão



com uma nova cultura. “A cultura digital é importante para abrir a universidade à sociedade”, ressaltou o professor.

Representando a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), uma instituição criada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ino-



vação (MCTI) que integra todo o sistema de pesquisa e de ensino superior. Álvaro Malaguti falou sobre o que é e como funciona a rede. A RNP oferece conexão de altíssima velocidade (gigabit) à internet para instituições federais de ensino superior associadas ao Ministério da Educação e para unidades de pesquisa federais ligadas ao MCTI.

Um dos primeiros serviços oferecidos pela rede foi uma infraestrutura organizada, com vídeo conferências, transmissão de sinal de TV, vídeo sob demanda, entre outros. Álvaro destacou a criação da rede experimental a ser lançada até o mês de junho de 2013, a Rede de Cinemas Digitais na Universidade. "Estamos falando de universos de informações grandes com acervos e arquivos que permitem novas narrativas e novas percepções", explica. A integração dos acervos é importante para potencializar a pesquisa.



No âmbito da Secretaria de Políticas Culturais, nesta pauta específica, o destaque ficou por conta dos laboratórios de arte e tecnologia. Segundo o Secretário Substituto Américo Córdula, existe um projeto piloto para a construção desses laboratórios na Funarte. A intenção da Secretaria é constituir mais tarde uma rede de laboratórios nacional e internacionalmente.



O DESAFIO DA EXPANSÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO EM ARTE E CULTURA

A partir da compreensão de que a Cultura revela e institui os modos de criar, fazer e viver de uma sociedade, a Mesa objetiva trazer reflexão sobre os principais desafios colocados para o ensino, a pesquisa e a extensão no desenvolvimento da Cultura nas universidades, seja na superação da fragmentação de campos disciplinares, seja no estabelecimento de diálogo entre o saber produzido nas universidades públicas e o que é também produzido pela sociedade, seja na necessária abertura às mais diversificadas manifestações da cultura e nos enlaces às demandas contemporâneas, advindas de novos atores culturais. Pretende-se debater nova política governamental que possa fortalecer a cultura na universidade – tomada aqui como equipamento cultural – nos aspectos relativos à produção, circulação e fruição da cultura, reverberadas no tripé universitário.

A discussão se deu em torno dos problemas e dilemas no ensino, na pesquisa e na extensão universitárias.

Um dos pontos levantados diz respeito ao mito de que a pesquisa é a dimensão mais bem contemplada com recursos. “As pessoas que estão fora da universidade também são produtoras e portadoras de reflexões, pensamentos e conhecimentos. É necessário fazer um esforço mais ativo para recebê-las de maneira digna e reconhecê-las como investigadoras”, diz Pablo Ortellado, em relação ao objetivo do Encontro Nacional de Pesquisadores em Cultura, que acontece em setembro, na Universidade de São Paulo (USP). Essa interlocução resulta em ideias e entendimentos novos, possibilitando um conhecimento cultural aprofundado.

Outro dilema se dá na extensão, na abertura para os movimentos culturais e sociais, aceitando suas interferências e contribuições. Para Ivana Bentes, essa troca de saberes é muito importante em todos os estágios da formação. “O principal desafio da extensão é se radicalizar como extensão, para fora, abrir a extensão para os movimentos culturais e sociais, porque, por enquanto, os projetos ainda beneficiam apenas os próprios estudantes das universidades”, afirma.

Economia da cultura, direitos autorais, crise no modelo atual



• **JUANA NUNES** – Diretora de Educação e Comunicação para a Cultura da Secretaria de Políticas Culturais – MinC

• **PABLO ORTELLADO** – Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – USP

• **IVANA BENTES** – Diretora da Escola de Comunicação – UFRJ

Mediação: **DULCE TAMARA DA ROCHA LAMEGO DA SILVA** – Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – UFBA

de ensino, importância da pesquisa e a falta de atenção com a extensão foram alguns dos temas discutidos na mesa. Ivana Bentes falou sobre as salas e os laboratórios das universidades que os discentes não possuem acesso, com as portas fechadas desde que ficaram prontos. Ressaltou a importância de levar para sala de aula estudantes de todas as modalidades e falou sobre a pouca evidência da extensão: “a extensão ainda é o ‘patinho feio’ no tripé pesquisa, ensino e extensão”.

Pablo Ortellado descreveu as “posições marginais”, também acadêmicas e no campo da pesquisa, que ocupam alguns temas desse debate: “o Ministério da Cultura tem o papel muito importante em nos apoiar, nem tanto financeira-





mente, talvez mais politicamente, para que a gente possa vencer as barreiras da Capes, do CNPq e do MEC para que as nossas pesquisas sejam efetivadas”, finalizou.

A reunião dos Ministérios da Cultura e Ministério da Educação também foi abordada no debate, na fala de Juana Nunes falou ainda sobre a necessidade de criação de um espaço para experimentação na universidade, onde o novo, o ousado e as novas formas de produção cultural possam acontecer. O diálogo entre os saberes produzidos nas universidades e na sociedade devem possuir uma abertura às diversificadas manifestações culturais e às demandas contemporâneas, advindas de novos atores culturais.



Juana Nunes apontou a necessidade de sair da lógica da pulverização de demandas das Universidades junto ao Ministério e vice-versa, sair desse patamar e construir, finalmente, uma estratégia clara que resgatasse o papel protagonista da Universidade de produção e circulação de cultura. Apresenta a necessidade de estabelecer uma política clara de Cultura para as Universidades, e complementa, um REUNI da Cultura: “Não queremos usar a verba da Cultura, que é pouca, para colocá-la na Educação. Vamos construir isso com o MEC”. Por fim, Juana provoca a Universidade a dar sua contribuição para o ensino básico, na ampliação do repertório cultural do jovem e na ampliação de público.

O tema foi bastante mobilizador e a mesa contou com um intenso debate, envolvendo os demais participantes.

PERSPECTIVAS PARA FORMAÇÃO EM COMPETÊNCIAS CRIATIVAS

Esta mesa-redonda objetivou refletir sobre novas competências, metodologias e conteúdos necessários para a formação de profissionais atuantes no campo dos setores criativos, com enfoque em questões associadas às temáticas da inovação, do empreendedorismo, da gestão e do desenvolvimento local. Serão apresentadas para o debate experiências de formação exitosas promovidas por organizações educacionais públicas e privadas no país.

Conceitualmente deixou-se claro que a “Economia Criativa” são todos os ciclos de criação, produção, circulação, consumo e fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos. Na atualidade, é notório o crescimento de empreendimentos que se tornam sustentáveis a partir de atividades resultantes da imaginação do indivíduo.

No debate, objetivando refletir acerca da formação desses profissionais que atuam em setores criativos, foi ressaltada a importância de reconhecer nas competências criativas um importante vetor de desenvolvimento econômico e social e, nessas condições, torna-se de extrema importância uma nova reestruturação na educação, a fim de preparar as novas gerações com novos conceitos e práticas.



Como foi apontado pelo professor Paulo Miguez, há uma série de desafios que precisam ser colocados e enfrentados com relação ao campo cultural e criativo, sobretudo dentro das universidades. Ele discorreu sobre a existência dentro da academia de uma grande resistência em compreender a questão da cultura para além das disciplinas. Miguez cita, como exemplo, a dificuldade que pesquisadores,

das diversas áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia ou comunicação, têm em registrar suas produções no currículo Lattes, quando estas abordam a cultura num lugar de destaque.

Luciana Guilherme abordou a preocupação da SEC com a formação de toda a cadeia produtiva envolvida nas atividades de empreendimentos criativos. “Quando falamos de economia criativa, falamos da junção de saberes, falamos de agrupamentos de profissionais de áreas diferentes”, explica. De acordo com Luciana, na área da música, por



• **LUCIANA GUILHERME** – Diretora de Empreendedorismo, Gestão e Inovação da SEC/MinC

• **TÂNIA FISCHER** – Professora titular da UFBA e coordenadora do Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS

• **PAULO MIGUEZ** – Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA), pesquisador do CULT – Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (UFBA).

Mediação: **CLAUDIA MARA ESCOVAR BOETTCHER** – Professora Pró-reitora de Extensão – UFRGS

exemplo, há uma cadeia de profissionais além dos músicos, como o técnico de som, gestores e outros, ou seja, a produção não depende apenas do músico ou do compositor.

Luciana também afirmou que a ideia de economia criativa defendida pela SEC e que ainda não se vê, é uma economia que tenha a ver com a arte, com administração, com economia e sistema de informação, ou seja, um espaço multidisciplinar que se alimenta da diversidade. Um dos projetos da Secretaria de Economia Criativa que está em processo de implantação é o Criativa Birô, chamado pelos idealizadores de “casa do empreendedor criativo”. É um espaço de oferta de serviço de informação, de assessoria técnica e consultoria, de acesso a linhas de financiamento de microcrédito para quem trabalha no campo criativo e no campo cultural.

Foi reconhecido no debate que, na atualidade, os jovens têm à disposição um leque de possibilidades, de aprendizados, de formas distintas de adquirir conhecimentos. Tânia Fischer fala sobre os novos espaços de formação profissional, chamando a atenção para a educação profissional em todos os níveis, uma vez que ela não está restrita àquelas derivadas dos institutos federais. Atualmente, lembrou a professora, existem novos espaços. “Como a gente valida isso numa universidade conservadora e burocrática, que é a universidade brasileira, é a questão”, reflete a coordenadora do CIAGS.



O CIAGS é um espaço que visa a promover o desenvolvimento de múltiplos territórios, ou seja, articular saberes teóricos e práticos, no que diz respeito ao desenvolvimento e à gestão social, em prol do desenvolvimento socioterritorial. Para Tânia, nos novos processos de desenvolvimento territorial, a cultura é um dos pilares. Essas expressões das culturas territoriais não refletem apenas a produção cultural no sentido tradicional, mas a produção das culturas do território. O grande desafio da extensão é saber como qualificar esse gestor social do território, para que ele, tendo como eixo transversal a sua reinvenção cultural, possa ser ao mesmo tempo um líder, um empreendedor, um gestor do seu próprio mundo. “Isso é um repensar a forma de aprender e de ensinar”, explica.





GRUPOS DE TRABALHO

GT1

O DESAFIO DA EXPANSÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO EM ARTE E CULTURA

Coordenação: Juana Nunes e M. Lucia F. Pardi (SPC / MinC) e Carla Benassi (UFRJ)



OBJETIVO

O objetivo deste GT é discutir formas concretas para subsidiar a formulação de novas políticas, a partir do conhecimento sistematizado das particularidades dos cursos pertencentes a este campo de ensino, respeitando a diversidade e a dinamicidade do setor. Visa a definir as orientações estratégicas para incentivar a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, além de consolidar os já existentes e levantar questões sobre as formas de criação de linhas de pesquisa interdisciplinares, assim como estabelecer programa de concessão de bolsas da graduação às de produtividade. Nesse esteio, cabe refletir sobre novas formas de avaliação e flexibilização das estruturas, para que atuem em torno de um conceito de cultura inclusivo, atento às demandas dos novos atores. De forma geral, pretende discutir também a troca dos distintos saberes entre universidade e sociedade, por meio do reconhecimento, certificação e inserção dos trabalhadores com saberes culturais, não acadêmicos, nas instituições de ensino superior e no envolvimento de novos agentes financiadores.

METODOLOGIA

METODOLOGIA

O Grupo de Trabalho apontou uma série de indicações para o estabelecimento de políticas de fortalecimento da cultura e das artes nessas instituições universitárias.

As propostas finais ressaltam as potencialidades e as fragilidades da estrutura universitária permitindo redimensionar a pertinência de projetos lançados anteriormente e as demandas - tanto para promover a articulação de programas quanto para o investimento na pesquisa, na produção e na circulação - daquilo que já existe em cursos de graduação e pós-graduação pelo país.

Foi identificada a fundamental importância e o grande desafio da continuidade, não apenas na manutenção desses cursos, mas no investimento e aperfeiçoamento dessas estruturas na pesquisa, no ensino e/ou na extensão. Especialmente, no que diz respeito à articulação desse tripé.

Metodologicamente o trabalho foi realizado da seguinte maneira: na abertura foram tratados os objetivos do grupo de trabalho a partir do elenco de perguntas baseadas nos eixos: fortalecimento e expansão do ensino de graduação e pós-graduação em cultura e pesquisa; fortalecimento e expansão da arte e cultura em ensino, pesquisa e extensão; o fortalecimento e expansão do ensino superior em cultura; incremento da pesquisa e da pós-graduação em cultura; extensão como território acadêmico privilegiado para desenvolvimento das articulações entre cultura, universidade e sociedade.

Concluído o trabalho do Grupo, houve uma apresentação geral de seus resultados, ao final do Seminário, em Plenária, para apreciação e compartilhamento comum.



PROPOSTAS



que impactam mais o governo



que impactam mais a vida acadêmica



que impactam mais a sociedade

PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA

Criar interfaces para as questões culturais nas redes das universidades.

Articular as questões discutidas nos fóruns específicos da CAPES e CNPq, para trabalhar de forma conjunta, a exemplo do Seminário de Interdisciplinaridade, recém realizado e a edição da revista.



Ampliar a percepção da universidade para a atuação na cultura além do campo da extensão, pontuando suas demandas e possibilidades no campo da pesquisa e da formação, graduação e pós-graduação.



Determinar como estratégia básica de atuação a articulação das propostas dos atores em consonância com as estruturas e instrumentos do MinC - CNPC, PNC, FNC, e os demais que estão sendo criados.

Criar uma proposta holística para integração do ensino, da pesquisa e da extensão para atuar no campo da cultura, por meio de uma argumentação forte e fundamentada, a fim de sensibilizar outras áreas como agrobusiness e agrotecnia, entre outros.



Flexibilizar as estruturas das universidades e pensar na mobilidade acadêmica, assim como criar programas a exemplo do Programa Ciência Sem Fronteiras. (Programa Cultura sem Fronteiras)

Refletir, epistemologicamente, sob o conceito de cultura e seu reflexo na inclusão de áreas ainda não identificadas, a exemplo da arqueologia, educação patrimonial, entre outras.

Potencializar os equipamentos culturais universitários abrindo-os para a comunidade e para novos cursos.

Realizar o mapeamento das demandas de cursos de graduação e pós-graduação das Universidades.



Fortalecer a extensão como fomentadora da cultura em instituições como CNPq e CAPES, já que as atividades de extensão não contam pontuação para a Plataforma Lattes.

Criar editais específicos que apoiem a arte e a cultura, fomentando pesquisa de alunos de graduação e pós-graduação, com oferecimento de bolsas e criação de redes de ação.



Criar estratégias de inclusão de mestres da cultura popular nas universidades.



Repensar a carga horária dos professores em função da pesquisa, extensão, observatórios, entre outras atividades.



Desburocratizar recursos para remuneração dos agentes culturais, artistas, mestres etc.



Realizar o mapeamento das atividades de extensão oferecidas nas universidades, qual seja, realizadas por Observatórios e Pontos de Cultura.



Promover o uso do Sistema Nacional de Cultura para nortear os planos estratégicos nas universidades.

Criar estratégias de articulação entre os cursos das universidades.



Criar estratégias de articulação entre os programas de cultura das secretarias municipais e estaduais.

Avaliar o impacto da inclusão da cultura nos programas existentes a partir das modificações metodológicas e curriculares do ensino, pesquisa e extensão.



Desenvolver argumentos políticos e acadêmicos que defendam e validem os formatos específicos das áreas de arte e cultura e de suas produções nas universidades.



Incluir os programas Lato Sensu e Educação a Distância na discussão cultural nas Universidades.

Documentar, sistematizar e disponibilizar informações do seminário, para que se possa levar para as universidades o que foi debatido e dar continuidade.



Criar espaços de diálogo e sinergia entre as universidades, com o objetivo de promover a visibilidade das ações realizadas.



Criar um plano estratégico para as universidades que integre as estratégias de extensão, pesquisa e ensino.



Sensibilizar as universidades a disponibilizarem seus projetos, equipamentos e pesquisas com o objetivo de potencializar a qualidade das escolas básicas.

Promover a articulação entre as instituições de ensino com o objetivo de fortalecer as universidades com infraestrutura reduzida, e que poderão ter dificuldades para ampliar seus cursos, e atender a demanda dos programas de cultura.

Criar programas de financiamento que facilitem o fomento da pesquisa nas universidades da região Norte e Nordeste.



Criar novas estratégias, inovadoras, de valorização da diversidade nas universidades a partir de suas respectivas pró-reitorias.

Promover espaços de intercâmbio entre professores pesquisadores que facilitem o compartilhamento do conhecimento nas universidades.

Investir e captar recursos para a extensão universitária, tendo em vista que algumas das necessidades não podem ser realizadas nos orçamentos dos projetos executados, a exemplo da verba para material de consumo, o que prejudica o andamento das atividades.

Ampliar as bolsas de estudos para os estudantes.

Descentralizar das diretorias de cultura os museus, co-responsabilizando todo o segmento da extensão universitária.



Reconhecer as diversas culturas existentes evitando sua espetacularização.



Criar metodologias inovadoras que promovam novos espaços de construção do conhecimento fora das salas de aula.

Reduzir o tempo de formação dos cursos universitários, tendo em vista as demandas atuais.



Garantir a mobilidade do professor através da criação de uma rede de atuação.

Promover o debate permanente em torno do conceito de cultura, reconhecendo sua transversalidade nos cursos existentes.



Fortalecer a institucionalização da interlocução do MinC com o MEC.

Criar o lattes e o qualis da cultura, assim como adaptar outros instrumentos as especificidades do setor.A



FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA ARTE E CULTURA EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:



Institucionalizar a área da extensão, aprofundando relações interinstitucionais entre esferas pública e privada, buscando atender demandas próximas às comunidades locais e considerando questões problemáticas relacionadas ao exercício da cidadania. S



Estimular a abordagem transdisciplinar dos temas da arte e da cultura em todos os níveis de formação universitária.



Fortalecer programas e projetos já existentes por meio da ampliação da área de arte e cultura – PROEXT – PIBID – PET.



Fortalecer cursos e iniciativas já existentes propondo mudanças nos paradigmas curriculares que valorizem as experiências de extensão com vocação interdisciplinar desenvolvidas nas universidades. Deve-se promover também a troca entre as instituições de ensino superior. A

Realizar o mapeamento e disponibilizar, em rede, as informações curriculares dos cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

Identificar os déficits e carências das atividades artísticas e culturais visando a solução dos problemas.

Fomentar programas de pós-graduação compartilhados entre instituições, que fortaleçam a prática do trabalho em rede.



Estabelecer espaços de interlocução regionais e nacionais entre o MinC e MEC.

Incentivar o aumento das políticas de financiamento para pesquisa e extensão.



Promover discussões sobre a adequação das grandes áreas de conhecimento da CAPES, nas especificidades do campo de arte e de cultura, provocando mudanças no sistema atual de avaliação das propostas de mestrado e doutorado encaminhadas para aprovação.

Criar e fortalecer pós-graduações multidisciplinares.



Criar editais específicos para os campos da arte e cultura, bem como para estudos culturais, criando incubadoras de projetos nessas áreas.

Demandar dos órgãos competentes a criação de linhas de fomento para novos produtos artísticos e culturais, considerando suas especificidades.



Ampliar a oferta de cursos de especialização para gestores culturais pelas instituições públicas, com apoio do MinC.

Ampliar o número de mestrados profissionalizantes na área de gestão cultural, artes e cultura, atendendo demandas reprimidas e viabilizando ações de consolidação da área.

Criar fundos de cultura específicos para as universidades com aproveitamento da tecnologia de gestão e conhecimento do MEC e do MinC, que deverá ser transferido para as instituições de ensino superior. Com a criação de conselhos universitários de cultura para gestão desses mesmos fundos.



Criar museus universitários e plataformas digitais compartilhadas de informação para divulgação entre as instituições, em relação da sua produção artística e cultural.



Criar centros culturais para garantir uma infraestrutura adequada e ideal para promoção da produção estética, do encontro de culturas e que estimule a crítica e a reflexão.



Criar laboratórios e estabelecer parcerias com grupos de cultura e coletivos de arte, tendo em vista o desenvolvimento de arte e cultura na universidade.

O FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CULTURA

Criar cursos na área de cultura, em nível de graduação e pós-graduação nas modalidades presenciais e à distância, com os seguintes critérios:

Rediscutir o conceito de cultura com fins à inclusão de áreas pouco visíveis como arqueologia;



Priorizar currículos e metodologias inovadoras, com duração modular e flexível, que proponham modelos que superam as formas tradicionais, como, por exemplo: cursos



interdisciplinares, que valorizem a formação laboratorial, que validem experiências fora da universidade, ciclos de conferências, entre outros, como créditos, atividades complementares, extra-curriculares e outras formas alternativas de validação.



Criar concursos públicos com novos critérios de titulação para além da formação superior, como por exemplo, valorização da experiência prática, dos saberes tradicionais (notório saber), etc.

“Não se pode pensar em educação sem cultura já que a cultura abarca e abrange todas essas atividades, atividade de formação humana. Na verdade a cultura perpassa em todas as atividades do ser humano e, evidentemente, de uma maneira muito forte na educação. A educação faz parte da cultura, a educação faz com que a cultura seja preservada, seja vivida pelo máximo de seres humanos possíveis, mas faz parte da cultura, ou seja, ela não está separada da cultura, eu diria que a educação é, possivelmente, o aspecto mais importante da cultura.”

ORLANDO SENNA – Cineasta, em entrevista

INCREMENTO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA



Criar critérios, indicadores e parâmetros referenciais junto às agências de fomento, acompanhamento e avaliação para contemplar ações de extensão em arte e cultura, como a valorização e pontuação de fazeres artístico e culturais, dentro e fora da universidade.



Revisar planilhas internas de avaliação de projetos de extensão para equalização entre a pontuação de produção científica e de projetos de extensão (Qualis da extensão).

Ampliar número de bolsas destinadas a extensionistas nas instituições federais de ensino superior;



Criar bolsas junto às agências de fomento (CNPq, CAPES, PIBIC, entre outras), que contemplem os fazedores de cultura sem titulação acadêmica (mestres da cultura oral, artistas, etc.).



Criar formas de certificação colaborativa e multi certificações que incluam os parceiros não formais.



Criar cursos de formação livre com origem fora das universidades, mas certificados por elas, tendo em vista o reconhecimento e a valorização de outros saberes.

Criar centros multiculturais universitários com gestões participativas a partir de lançamento de edital do MinC, MEC, Ministérios das Cidades, para construção/reforma dos equipamentos culturais existentes.



Abrir a infraestrutura instalada nas instituições federais de ensino superior (salas de aula, laboratórios, auditórios, etc.) para uso de atividades culturais e formação em cultura da comunidade externa.

Abrir os campi aos sábados, domingos e feriados à comunidade interna e externa.

GT2

GESTÃO CULTURAL E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Coordenação: Angela Maria Menezes de Andrade (SAI/MinC)



OBJETIVO

O objetivo desse GT foi discutir princípios, estratégias, metas e ações do Programa Nacional de Formação de Gestores e Conselheiros de Cultura, como base para a fundação de uma política nacional. As discussões foram inspiradas em relatos dos resultados das parcerias celebradas pela Secretaria de Articulação Institucional/MinC e instituições de ensino, entre 2009 e 2012, para a oferta de cursos de extensão e especialização em política e gestão cultural, como também para a capacitação de consultores para a elaboração de planos estaduais e municipais de cultura.

METODOLOGIA



METODOLOGIA

O grupo de trabalho organizou a jornada em torno de dois grandes temas ou subgrupos de discussão. O primeiro subgrupo realizou o debate dos editais de gestão cultural, levantando as seguintes questões relevantes:

- Regularidade no oferecimento dos editais;
- Consideração das particularidades e especificidades locais nos editais nacionais e regionais;
- Importância da abertura de editais na esfera federal, estadual e municipal;
- Realização de seminários de avaliação após dois anos da realização do projeto;
- Elaboração de indicadores, além da utilização dos existentes, no que diz respeito ao acompanhamento e desdobramentos da formação dos gestores, como também sobre o produto do projeto em questão;
- Abertura das vias de acesso aos saberes da universidade;
- Incorporação de vivências e práticas entre a universidade e os entes externos;
- Compartilhamento, sistematização e registro das experiências envolvidas;
- Elegibilidade envolvendo pesquisas, cursos, publicações e repositórios;

O segundo subgrupo discutiu a plataforma de referência na formação de gestores culturais. As importantes conclusões desse trabalho são:

- As plataformas são espaços para a promoção de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais de formação e qualificação de gestores culturais, assim como de organização de seminários e cursos para a contínua atualização de professores. Também são espaços de realização e difusão de pesquisas e publicações. Ou seja, as plataformas de referência são o ambiente de fomento, estudo e pesquisa voltado para o desenvolvimento do Programa Nacional de Formação e Qualificação de Gestores Culturais;

- Os objetivos das plataformas são:

- I. Atualizar permanentemente os coordenadores e professores sobre os conteúdos referentes às políticas públicas de cultura com ênfase no Sistema Nacional de Cultura;
- II. Acompanhar e avaliar os resultados dos cursos desenvolvidos com apoio do MinC;
- III. Criar e manter atualizada uma base de dados, nacional e internacional, sobre oferta de cursos, especialistas e pesquisadores, pesquisas e publicações;
- IV. Constituir e mediar uma rede de formação na organização da cultura;
- V. Assessorar o MinC sobre o cancelamento de cursos propostos por instituições públicas e privadas;
- VI. Apoiar o MinC na interlocução com a CAPES, CNPq e agências de fomento, no sentido de financiamento de pesquisas, desenvolvimento de cursos, aumento do número de bolsas, ampliação de linhas de pesquisas, reconhecimento de valores e medidas referentes a produção científica, tecnológica e técnica no campo da cultura.
- VII. Apoiar o desenvolvimento de programas de intercâmbio, nacional e internacional, para professores, pesquisadores e gestores culturais.

- As plataformas são importantes porque estimulam a reflexão crítica contínua e a difusão do conhecimento gerado pelas ações do programa. Por outra parte criam uma instância permanente de apoio e respaldo acadêmico às ações do programa, considerando as perspectivas de sua ampliação e extensão e a correspondente responsabilidade de assegurar um alto padrão de qualidade. Nelas acontece a implementação da política nacional para a formação de gestores culturais, envolvendo desde o início uma rede de especialistas, nacionais e internacionais, na sua concepção, acompanhamento e avaliação.

PROPOSTAS

PROPOSTAS

- Vincular os membros do GT2 para atuarem nos módulos de ensino a distância no curso de gestão cultural da Paraíba.
- Socializar a metodologia aplicada no PADEC/RJ.
- Fomentar junto às instituições de ensino superior o uso de recursos do Fundo Nacional de Cultura para a realização de cursos de capacitação na área de gestão cultural.
- Inserir no PNFGC o trabalho da UFF cujo enfoque é a graduação e pós-graduação com conclusão em 2010, reconhecendo a existência de uma confusão terminológica nos cursos do setor que dificulta o processo.
- Considerar um plano de certificação dos recursos na área de formação em produção cultural, visto que há participação de recursos públicos envolvidos, incluindo a reavaliação dos cursos em andamento.
- Incentivar as publicações para facilitar o acesso às bibliografias.
- Abrir espaço (físico ou virtual) para que a produção acadêmica seja depositada e possa contribuir em futuras pesquisas e elaboração de projetos.
- Fomentar e favorecer a relação interministerial entre o MinC e o MEC.
- Criar um grupo de trabalho para apoio ao desenvolvimento da plataforma, dedicando-se, especialmente, aos arranjos organizacionais, financiamentos e mecanismos de articulação

Concluído o trabalho do Grupo, houve uma apresentação geral de seus resultados, ao final do Seminário, em Plenária, para apreciação e compartilhamento comum.



“A ideia é criar políticas públicas que articulem de forma mais consistente a Universidade e a Cultura. Nós sempre buscamos, quando se fala em uma universidade pública, uma universidade federal que tenha padrões de qualidade e é dessa forma que sua expansão tem sido feita. Agora podemos fazer muito mais, o que não podemos é pensar que a Universidade vai substituir o poder público. Você tem uma Secretaria de Cultura, você tem um Governo do Estado, você tem uma prefeitura, você tem um Governo Federal. Agora, a Universidade tem um papel importante na formação de gestores, de quadros, de profissionais, na realização de pesquisas”

PAULO SPELLER, Secretário da SESU/MEC

GT3

PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DOS SETORES CRIATIVOS

Coordenação: Luciana Guilherme, Suzete Nunes e Selma Santiago (SEC/MinC)



OBJETIVO

O Grupo de Trabalho teve como objetivo aprofundar o debate acerca das fragilidades, potencialidades e oportunidades de formação para profissionais dos setores criativos, com enfoque nas temáticas do empreendedorismo, da gestão e da inovação, considerando-se o momento econômico do país, as necessidades do mercado de trabalho contemporâneo e os novos perfis profissionais demandados.

METODOLOGIA

Foram debatidas propostas de conteúdos formativos, metodologias e tecnologias de ensino e aprendizagem, itinerários formativos, formação docente, prática discente e extensão universitária, pós-graduação e pesquisa a partir de perguntas norteadoras. Os participantes representaram diversas instituições, dentre professores, pró-reitores de extensão, estudantes, representantes de escolas livres, e outros segmentos que atuam para o desenvolvimento da economia criativa brasileira, distribuídos em três subgrupos, que realizaram debates sobre os temas de interesse, e de acordo com as questões norteadoras. De tal modo que as propostas apresentadas pelo GT3, foram produzidas no debate de cada uma das questões.

“A economia criativa é uma economia que não é nova, embora no mundo se tenha percebido o potencial dos bens simbólicos nos últimos vinte anos, não é? Por outro lado, a criação da Secretaria da Economia Criativa no Brasil é sim muito mais recente, uma visão mais institucionalizada de um potencial de um novo desenvolvimento que passa a acontecer a partir do fomento, da formação, da pesquisa, dos marcos legais, dos setores que a gente chama de culturais, ou criativos, ou simbólicos. No século XXI, falamos cada vez mais de conteúdos culturais, dos produtos, dos bens, dos serviços que tomam uma dimensão maior com a ciência e tecnologia porque nós temos aí a possibilidade de dar cada vez mais acesso e protagonismo a populações, a comunidades, a redes, a coletivos a grupos sociais que tradicionalmente estariam excluídos da produção cultural no mundo e no Brasil.”

CLÁUDIA LEITÃO, Secretária de Economia Criativa do MinC

PERGUNTA NORTEADORA:

Qual o perfil e as competências do profissional contemporâneo necessários para o desenvolvimento dos profissionais que atuam nos setores criativos do Brasil?



- Domínio das linguagens simbólicas;
- Competência estratégico-empresarial e gerencial;
- Atitude empreendedora, espírito inovador e habilidades multidisciplinares;
- Visão do que significa o empreendedorismo colaborativo e o competitivo;
- Conhecimento sobre a realidade regional num contexto global;
- Aptidão a pensar programas, a pensar da sua relação com o mundo;
- Articulação em redes, co-empresendedorismo, diversidade em diálogos, através do desenvolvimento de habilidades de relacionamento em rede. (Inserir BOX ao lado direito com pontilhados saindo da pergunta norteadora)



PROPOSTAS

- Criar programa de intercâmbio com bolsas nacionais e internacionais para alunos de graduação e pós-graduação nas áreas relacionadas aos setores criativos (a exemplo do Programa Ciência sem Fronteiras).
- Adequar linhas de financiamento para qualificar alunos de graduação, pós-graduação lato sensu (SEBRAE) e mestrado profissional, através de bolsas para atuação em MPEs dos setores criativos.
- Criar um programa de mobilização de universidades, profissionais do mercado criativo para atuarem na universidade como professores voluntários.
- Mapear informações sobre inteligência do Sistema S para geração de novas cartografias de profissionais do setor.

PERGUNTA NORTEADORA: Qual o perfil necessário para o docente atuante na formação dos profissionais criativos brasileiros e o que fazer para criar e fortalecer um programa de bolsas de produtividade voltado para professores focados nas temáticas da economia criativa?



- Facilitador de aprendizagem, construtivista, sociointeracionista, biólogo cultural (Maturana).
 - Desenvolvimento de inteligência colaborativa.
- Domínio de conceitos associados à temática da economia criativa e suas dinâmicas sociais, culturais e econômicas.
- Desenvolvimento de processos de articulação com suas turmas, formação de redes, grupos, etc.



PROPOSTA

- Trabalhar sobre estratégias que favoreçam a criação de um programa de formação necessária ao desenvolvimento contínuo de um corpo docente capaz de responder às necessidades do campo criativo atual.

Concluído o trabalho do Grupo, houve uma apresentação geral de seus resultados, ao final do Seminário, em Plenária, para apreciação e compartilhamento comum.





“O encontro tem esse desafio de como introduzir o tema da diversidade cultural nas práticas educacionais da maioria das universidades, mas a gente também tem trabalhado a questão do ensino fundamental, ensino básico, ensino médio, para que esses valores, que trazem a diversidade cultural, de fato, sejam apreendidos pela sociedade brasileira. É um desafio muito grande porque nós trabalhamos sempre com uma outra lógica de educação, que é uma lógica que não privilegia essa nossa riqueza, essa nossa diversidade cultural. Então, mudar a cultura da educação, a cultura do educar, na verdade, nós estamos falando de coisas que existem e precisam ser praticadas. Se a gente cuidar e colocar isso dentro da educação, esses outros valores, que são valores ancestrais, que são valores que a gente tem, que a gente nunca revelou, nunca colocou em prática, poderemos transformar a sociedade.”

AMÉRICO CÓRDULA, Secretário Substituto de Políticas Culturais/MinC

OBJETIVO

O objetivo do Grupo de Trabalho consistiu em apresentar e refletir sobre os desafios e resultados de experiências de parceria entre as políticas públicas de cultura e as universidades no campo da cidadania e da diversidade cultural, tendo como foco a promoção dos direitos culturais e da acessibilidade de povos e comunidades tradicionais – tais como povos indígenas, ciganos, quilombolas etc – e de outros segmentos da sociedade com reduzido acesso ao universo acadêmico e às próprias políticas de cultura, incluindo as pessoas com deficiência e as que estão em sofrimento psíquico.

METODOLOGIA

O Grupo de Trabalho organizou sua produção partindo de duas premissas:

- As ações a serem desenvolvidas devem, obrigatoriamente, contar com a participação efetiva dos grupos detentores dos saberes.
- Devem ser considerados os órgãos e as experiências já existentes na escolha dos interlocutores e representantes dos poderes públicos.

PROPOSTAS

PROPOSTAS

- Integrar a diversidade cultural como componente curricular no ensino com a realização de concursos específicos para professores das novas disciplinas.
- Trazer para universidade outras pedagogias e modelos pedagógicos.
- Criar novos laboratórios, pontões e centros de cultura nas universidades, como também proporcionar a articulação e fortalecimento dos já existentes.
- Elaborar uma cartografia colaborativa, com sistematização da produção dos mapeamentos já existentes e a inclusão de novos mapeamentos de conhecimento dos sujeitos-protagonistas da diversidade cultural.
- Produzir material didático e pedagógico para auxiliar na implementação da Lei 11.645/2008 (História e Cultura Afro-brasileira Indígena) nas universidades.
- Organizar mapeamento, assim como garantir visibilidade, com relação aos materiais publicados sobre ensino, pesquisa e extensão, no que se refere aos temas da Lei 11.645 e da diversidade cultural.
- Promover a autoria dos sujeitos-protagonistas afro-brasileiros e indígenas na implantação de projetos de publicações e reedições.
- Fomentar a produção de material didático, pelos sujeitos históricos e protagonistas, sobre a diversidade cultural.
- Sistematizar e incorporar metodologias descolonizadoras para extensão em universidades e cursos de formação de professores sujeitos-protagonistas visando à incorporação de diversas ações, diálogos de conhecimentos e formas de produção/trocas.
- Repensar, reavaliar currículos e investigar as deficiências que ainda persistem na estrutura do ensino superior por meio de uma política de fomento de linhas de pesquisa e projetos na área da diversidade.
- Mapear atores/atoras e ações que atuam na universidade, no campo da diversidade cultural, para estabelecimento de um diálogo com o MEC.
- Incluir mestres na área de ensino obrigatório de música.
- Fomentar o diálogo entre CAPES, CNPq, MinC e MEC para o fortalecimento, valorização e reconhecimento das práticas extensionistas.
- Criar uma nova legislação visando à construção de universidades indígenas, de matrizes africanas e outras demandas da diversidade, assim como cursos específicos dentro das universidades existentes.
- Formar um grupo de trabalho, para a elaboração de uma proposta de portaria ao MEC, visando à criação de cargos específicos para a promoção da diversidade (cargos para diplomados e cargos para detentores de saberes tradicionais, reconhecendo seu notório saber).
- Garantir remuneração equivalente a uma bolsa de doutorado para os mestres das culturas tradicionais inseridos nas universidades.
- Elaborar um sistema para financiar as redes de pesquisa e ensino multidisciplinares no campo da diversidade cultural (através de uma política de financiamento ampliado e disponibilização de bolsas).
- Criar um programa de fomento de projetos interinstitucionais, extensão, interdisciplinares e interculturais que contemple ações associadas entre instituições acadêmicas e outras organizações socioculturais.
- Impulsionar a realização de um seminário para a elaboração de uma carta de princípios
- Criar um grupo de trabalho intercultural para dar visibilidade às práticas pedagógicas bem sucedidas no campo da diversidade cultural.





- Garantir a acessibilidade de todo material produzido no campo da diversidade cultural (transcrição em libras, audiodescrição, etc).
- Fazer estudo do impacto das ações realizadas no âmbito da diversidade cultural, de maneira a subsidiar o aperfeiçoamento de ações e políticas.
- Mapear locais não contemplados com projetos de inclusão social, de diversidade cultural e promover a expansão das políticas/projetos.
- Fomentar projetos de educação sobre o patrimônio material e imaterial.
- Qualificar as normas sobre arqueologia vigentes, visando à extensão do conhecimento da diversidade arqueológica do país.
- Socializar as resoluções das Conferências de Cultura para o MEC e para as Universidades.
- Instituir o programa Ação Griô no MEC junto à rede e Comissão Nacional dos Griôs, mestres, sábios da tradição oral do Brasil.
- Apresentar, visibilizar e fomentar a pedagogia Griô, como referência pedagógica entre a tradição oral e o ensino formal.
- Realizar o levantamento de todas as propostas que tramitam no Congresso Nacional a respeito da diversidade, avaliação das mesmas e articulação política para sua aprovação.

Concluído o trabalho do Grupo, houve uma apresentação geral de seus resultados, ao final do Seminário, em Plenária, para apreciação e compartilhamento comum.

GT5

ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

Coordenação: Alcione Silva, Karina Gama e Paulo Lara (SPC/MinC)

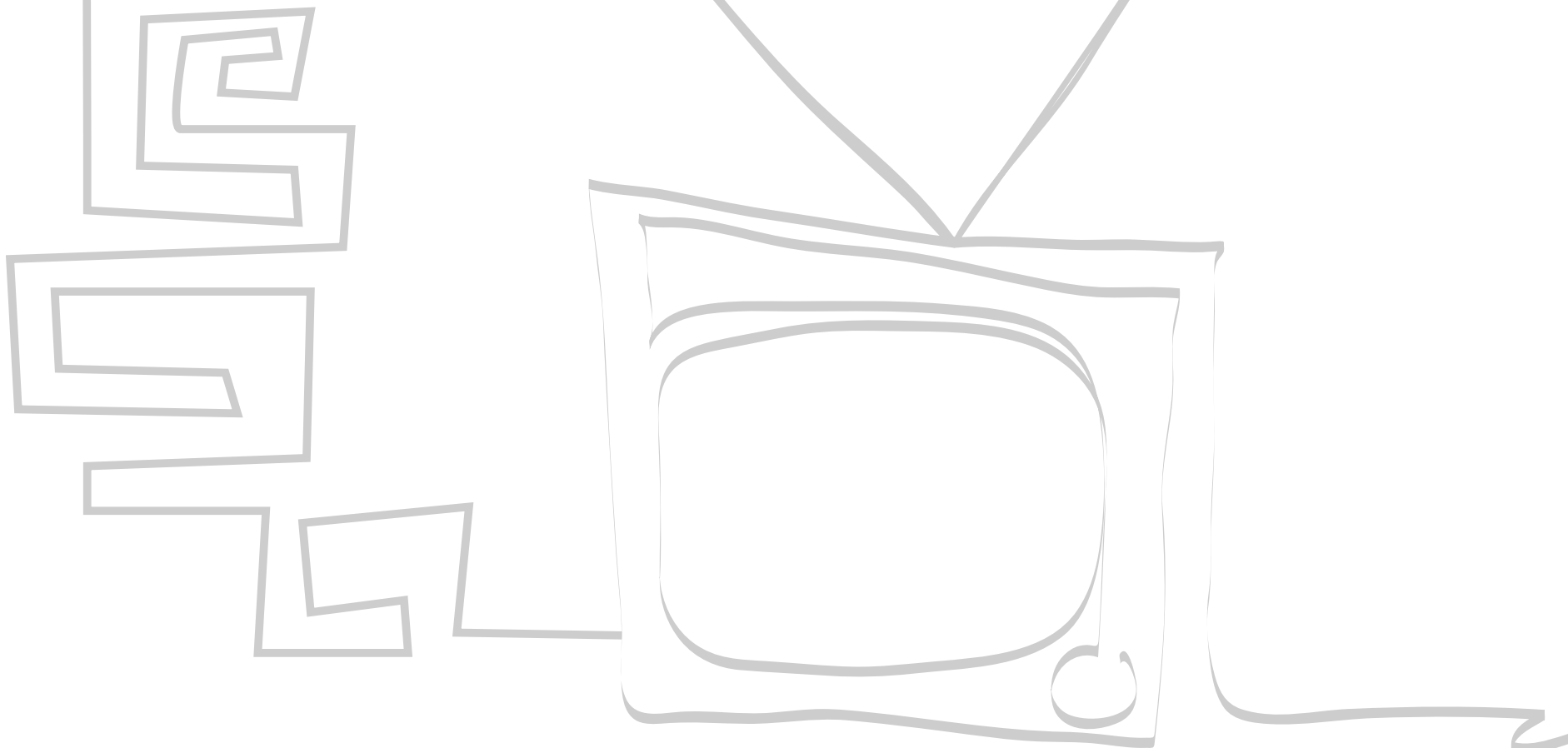


OBJETIVO

Partindo do pressuposto de que a educação e comunicação são dimensões da cultura que se alicerçam em processos dialógicos, o Grupo de Trabalho buscou provocar uma reflexão acerca dos meios de comunicação universitários e seus novos usos, de modo a produzir possibilidades do exercício do direito à comunicação e à liberdade de expressão cultural.

METODOLOGIA

Foram apresentados e debatidos os universos das TVs, rádios e editoras universitárias como importantes atores para a construção de novos arranjos – sociais e tecnológicos – que permitem trocas de conteúdo e a realização de produções compartilhadas com a sociedade e campo público, alicerçando a pesquisa, o ensino e a extensão e contribuindo para circulação da diversidade cultural em suas múltiplas formas, viabilizando a produção e difusão das expressões culturais regionais na mídia.



“Nós tivemos, por exemplo, esse Seminário que está uma maravilha, nós tivemos a oportunidade de acompanhar o que o professor Anísio Teixeira sempre pensou na comunicação sob o ponto de vista da educação e da cultura para a população: informação para a população para que ela fizesse, na verdade, seu passo de introdução ao conhecimento, portanto a inclusão social”

ANDRÉ BARBOSA, Superintendente da Empresa Brasil de Comunicação/EBC

Durante o debate foram levantadas questões sobre a infraestrutura das TVs e a relação com a comunidade. A gerência na condução da programação foi apontada como entrave para o melhor desenvolvimento do meio. A ausência de recursos financeiros para investimento em tecnologia e avanços na programação também apareceu como fator de inibição do desenvolvimento das TVs. Foram feitas algumas críticas à legislação do audiovisual, especialmente nas ações de fomento à produção das TVs universitárias e comunitárias.

Foram levantadas as dificuldades enfrentadas pelas rádios universitárias, a necessidade de reformular a programação musical, para que outros estilos musicais, normalmente apartados da grande mídia possam ser contemplados na programação. Foram também debatidos os entraves para promover uma expansão nas editoras universitárias o que demandaria um melhor método de gestão e fiscalização, segundo

as Leis Federais, dos recursos disponíveis. Destacou-se ainda o papel das editoras universitárias no mercado editorial regional, a exemplo da região Nordeste, na qual essas unidades suprem a carência de produção editorial local.



O documento gerado apresenta a discussão sobre o modelo mais eficiente para o repasse de recursos as atividades de extensão e pesquisa. O modelo deve ser adequado aos objetivos do programa de integração entre cultura, comunicação e educação e seguir as diretrizes legais. Algumas sugestões foram elencadas sobre esse tema, como a criação de fundações ou a publicação de um edital pelo MinC que contemple recursos para equipar e fortalecer as estruturas de comunicação das universidades mediante pré-requisitos formais, como a criação de um conselho curador dessas unidades.

PROPOSTAS

PROPOSTAS

- Considerando que as TVs, rádios, editoras e outras mídias universitárias devem cumprir sua função pública e colaborar para o exercício do direito à comunicação, informação e cultura, citamos:
- A necessidade do fortalecimento do campo público da comunicação como alternativa à hegemonia estética e narrativa da mídia privada verticalizada;
- A urgência do reconhecimento do direito de expressão da diversidade cultural dos segmentos culturais e das regionalidades brasileiras;
- As dificuldades presentes na universidade na destinação de verba específica e perene para o desenvolvimento das atividades de comunicação, informação e cultura;
- A necessidade de adequação administrativo-financeira da gestão pública com vistas ao funcionamento satisfatório das rádios, TVs, editoras e outras mídias universitárias;
- Que o desenho institucional das TVs, rádios, editoras e outras mídias universitárias é bastante diversificado no âmbito das universidades brasileiras;

A proposta consiste em implementar uma política específica para a comunicação visando ao desenvolvimento e ao fortalecimento cultural nos meios de comunicação e informação universitários e deverá ser operada por meio de editais

1. Criar editais anuais com o compromisso de operarem até 2020. Com validade de dois anos, com possibilidade de renovação e com seguimento das diretrizes pactuadas.

2. Ter como público-alvo as universidades federais, estaduais e municipais.

3. Exigir do proponente a apresentação dos seguintes pré-requisitos:

- Ter como público-alvo as universidades federais, estaduais e municipais.

- Oferecimento de mecanismos de gestão compartilhada por meio de conselhos específicos das rádios, TVs e editoras universitárias (conselhos curador, deliberativo, de gestão, editorial), composto por representantes docentes, discentes, técnicos administrativos, usuários e representantes da comunidade externa.

- O proponente também deverá garantir a produção de conteúdo pela comunidade externa e pela comunidade universitária, assim como atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

4. O edital deve contemplar investimento em infraestrutura e recursos humanos, nos itens específicos de: compra e manutenção de equipamentos, material de consumo; formação e atualização dos recursos humanos e, por fim, reforma, adequação e/ou construção de espaço físico.

5. Concessão de bolsas e contratação de serviços;

6. Para garantir a circulação, o edital deve contemplar verba para passagens e diárias, oportunizando a participação em festivais, eventos e mostras.

7. Destinação financeira relativa à infraestrutura e aos recursos humanos não poderá ultrapassar 50% do valor dos recursos garantidos pelo edital.

8. A segunda parcela do recurso, a ser repassada no segundo ano, estará condicionada à realização de um fórum da universidade para a definição de uma política integrada de comunicação, informação e cultura, reunindo os diversos atores da comunidade interna e externa à universidade.

9. As propostas de recursos do edital compreendem os seguintes valores:

- Até R\$ 200 mil;
- Até R\$ 500 mil; e
- Até R\$ 1 milhão.

Concluído o trabalho do Grupo, houve uma apresentação geral de seus resultados, ao final do Seminário, em Plenária, para apreciação e compartilhamento comum.



GT6

EQUIPAMENTOS CULTURAIS E CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

Coordenação: Carla Dozzi, Elaine Ruas, Verena Santiago e Roberto Santos (SPC/MinC)



“Esse encontro é realmente um marco na discussão da cultura nas universidades, não só sobre os equipamentos culturais, mas sobre a possibilidade de termos uma política cultural nas universidades, que tenhamos a circulação dos produtos culturais pras universidades.”

SANDRA DE DEUS, Presidente do FORPROEXT

OBJETIVO

O objetivo foi diagnosticar a situação dos estabelecimentos de ensino, realizar escuta de suas demandas com vistas à elaboração de uma política que: I) possibilite o melhor aproveitamento, a requalificação e redimensionamento dos equipamentos culturais das instituições de ensino superior (tais como museus, salas de exibição, teatros entre outros), por meio de melhorias infraestruturais, reformas, modernização de seus espaços e equipamentos e investimento em recursos humanos e de gestão, e II) apoie eventos, grupos, redes, ações e circuitos culturais nas universidades para fortalecer as iniciativas em curso, estimulando o desenvolvimento de ações espontâneas da comunidade acadêmica e gerando condições para a institucionalização de agentes, atividades, redes, circuitos e calendários culturais que proporcionem maior grau de enraizamento e perenidade.

METODOLOGIA

O Grupo de Trabalho abordou a fruição e difusão da cultura produzida pelas universidades a partir de dois pilares: o da circulação da produção artística e cultural e dos equipamentos físicos culturais.

PROPOSTAS

PROPOSTAS

- Proporcionar incentivos para que artistas, agentes culturais, gestores, produtores, técnicos e especialistas possam atuar diretamente na formação acadêmica dos estudantes.
- Criar um programa institucional de bolsas para iniciação e aperfeiçoamento artístico/cultural (uma espécie de PIBIC da Cultura) que atenda à comunidade acadêmica e à não acadêmica.
- Garantir programas que incentivem a integração entre projetos culturais nos âmbitos universitários e comunitários (Procult).
- Criar prêmios de reconhecimento das produções artísticas e culturais universitárias e comunitárias.
- Incentivar residências artísticas e culturais de estudantes nas comunidades e das comunidades nas universidades.
- Definir linhas de incentivo para circulação e acesso à produção cultural universitária em equipamentos e espaços culturais já existentes, assim como incentivar a formação de redes, circuitos e festivais universitários.
- Incentivar a circulação da produção artística não universitária no âmbito universitário.
- Incentivar criação de fóruns regionais, estaduais, e nacionais que potencializem a interação entre as produções culturais e artísticas das universidades, ampliem as possibilidades de intercâmbios e o aprofundamento das propostas políticas voltadas para cultura e educação, a partir das realidades locais.
- Fortalecer a pauta da cultura e educação nas instâncias políticas já instituídas (conselho de políticas culturais, conselho nacional de educação, conferências de cultura e conferências de educação).
- Garantir instrumentos que amparem legalmente a implementação da política de cultura e universidade (efetivar a Portaria 70 do MinC de junho 2010).
- Mapear e diagnosticar qualitativamente e quantitativamente equipamentos culturais da universidade e do seu território promovendo o reconhecimento de novas formas de espaços culturais.

- Garantir periodicidade e padronização dos procedimentos de manutenção, bem como a qualificação de recursos humanos para cada momento da cadeia de construção, manutenção, circulação e gestão dos equipamentos.
- Criar mecanismos de gestão compartilhada de equipamentos e grupos artísticos culturais entre as universidades e a comunidade.
- Definir alocação de recursos do Ministério da Cultura para construção, reforma, manutenção e gestão dos equipamentos culturais condicionados à assessoria técnica especializada, assim como dotá-los de recursos materiais (Proinfra da Cultura).
- Garantir vagas para servidores efetivos com formação técnica para cada momento da cadeia de construção, manutenção e gestão dos equipamentos e grupos culturais das universidades.
- Criar um fundo específico voltado para o financiamento e o desenvolvimento de programas e projetos culturais nas universidades.

*Portaria nº 70, de 30 de junho de 2010 – Cria o Programa Cultura e Universidade, com o objetivo de fomentar ações e consolidar políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras.



GT7

DIREITOS AUTORAIS E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS

Coordenação: Francimária Bergamo e Oséias Alves (DDI/MinC)



OBJETIVO

Discutir o impacto da atual Lei de Direito Autoral sobre as atividades universitárias, seus aspectos positivos e negativos em relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, os desafios para circulação de conhecimento no âmbito escolar, a discussão de como uma mudança do texto da lei pode propiciar o maior acesso do corpo docente e discente à produção acadêmica e de como a produção colaborativa e intersetorial pode ser facilitada.

METODOLOGIA

Foi feita uma reflexão sobre o papel das limitações e exceções aos direitos autorais no campo acadêmico no que se refere à circulação de conhecimento e sobre o impacto dos chamados "Recursos Educacionais Abertos" no incentivo à criação e a circulação de conhecimento.

PROPOSTAS

PROPOSTAS

- Estimular que as universidades insiram a temática dos direitos culturais e direitos autorais nas instâncias de ensino, pesquisa e extensão.
- Fomentar uma mudança na cultura da produção de conteúdo no âmbito acadêmico, com vistas à produção colaborativa e sua divulgação aberta.
- Criar repositórios institucionais e estimular a interligação entre eles com licenças institucionais abertas.
- Valorizar, na avaliação docente, sua produção no campo dos recursos educacionais abertos.
- Fomentar a produção coletiva e a circulação de recursos educacionais abertos.

Concluído o trabalho do Grupo, houve uma apresentação geral de seus resultados, ao final do Seminário, em Plenária, para apreciação e compartilhamento comum.

“Todos esses aspectos foram afetados por essa, eu diria, resignificação que ocorre desses dispositivos técnicos, ou seja, como nós utilizamos esses recursos, essas ferramentas para criação cultural, para a produção artística, para o escoamento. Então esse para mim é um momento muito importante, ao mesmo tempo um momento ainda inicial daquilo que nós estamos vendo em termos de possibilidades, o cenário me parece bastante alvissareiro, muito promissor o que pode acontecer no campo da cultura, e é claro que a cultura do compartilhamento é absolutamente importante num cenário dessa natureza, ou seja, acessar, distribuir, compartilhar, remexer as culturas isso também faz parte desse cenário contemporâneo.”

MESSIAS BANDEIRA, professor do Instituto de Artes e Humanidades/UFBA





“Começamos uma parceria MinC e MEC, com educação básica, agora a gente esta subindo, ensino superior, eu acho fundamental ajudar a pensar a formular essa diretriz de uma política cultural nas universidades. Temos que valorizar essa cultura que existe dentro da universidade, com projetos, programas, tentar pensar de que forma o Ministério, junto ao MEC, ajude a alavancar, porque é necessário. O nosso objetivo maior é esse: fazer a cultura ser vista, ser valorizada e que a gente possa criar bases para ela se sustentar, isso é o mais importante”

RENATA MONTEIRO, Secretária Executiva Adjunta do Ministério da Cultura





“A realização deste Seminário foi uma excelente ideia do MINC que, em conjunto com a UFBA, reuniu agentes promotores da Cultura. Ficou evidenciado o volume de ações culturais que acontece no país, além de ter demonstrado a necessidade de se estabelecer políticas para a confluência e a implementação da extensão na área da Arte e da Cultura, dentro e fora da universidade. Parabéns ao MINC, à UFBA e a todos os que participaram e contribuíram deste/neste 1º Seminário. Esperemos que outros venham.”

VERA MAQUÊA, em post no site culturadigital.br/culturaeuniversidade





“Existia muita demanda reprimida, represada nas universidades por uma política de cultura, e o que a gente percebeu foi um trabalho riquíssimo que os grupos fizeram, com propostas, sugestões, diretrizes, para a construção de uma política pública de cultura nas universidades, então o seminário é um sucesso total. Nós pudemos contar com a participação de pró-reitores de ensino, de extensão, diretores de institutos de arte do Brasil inteiro, então é um encontro bastante representativo das pessoas que estão lutando, batalhando pela cultura na universidade, e com certeza o fruto deste debate de todos esses dois dias e meio, vai nos subsidiar para gerar ações concretas, MinC e MEC para instituir uma política de cultura para a universidade. Muito das coisas aqui a gente já afirmou, é um sentimento que já existia ... Até críticas, que eram feitas a alguns programas de forma isolada, agora passam a ter uma força maior porque é fruto de um Seminário que reuniu mais de 300 pessoas de instituições federais do Brasil inteiro”

JUANA NUNES, Diretora de Educação e Comunicação para Cultura/SPC/MinC



“Juntando o que nunca deveria ter sido separado: Educação e Cultura. Super mobilizado o I Seminário de Cultura e Universidade em Salvador com Movimentos Culturais, MinC, MEC, Ciência e Tecnologia, Reitores, Pro-Reitores, Professores, Estudantes, UNE, Pontos de Cultura...”

JUANA NUNES, Diretora de Educação e Comunicação para Cultura/SPC/MinC





PROGRAMAÇÃO

I SEMINÁRIO CULTURA E UNIVERSIDADE – BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (PROGRAMAÇÃO RESUMIDA)

LOCAL: Pestana Bahia Hotel. Rua Fonte do Boi, 216 Rio Vermelho. Salvador, Bahia.

DIA 22 DE ABRIL, SEGUNDA-FEIRA

12H30 ÀS 14H00 - Credenciamento

14H00 - Apresentação Cultural - Orquestra de Violões da UFBA
Mesa de abertura: Construindo diretrizes para uma política pública de cultura para as Universidades

15H30 - Palestra: O legado de Anísio Teixeira para a cultura e a educação

17H - Apresentação Cultural - Apresentação do Grupo de Dança Contemporânea

Café da tarde

17H30 - Mesa 1: Diversidade na Universidade – Parcerias

19H - Mesa 2: A Formação de Gestores Culturais e o Sistema Nacional de Cultura

20H30 - Jantar

14H30 - Grupos de Trabalho

Divisão em grupos, apresentação e pactuação do método de trabalho.

GT 1 – Arte e Cultura na universidade: novos arranjos para o ensino, pesquisa e extensão.

GT2 – Gestão Cultural e as Instituições de Ensino Superior

GT 3 – Perspectivas para a formação de profissionais dos setores criativos

GT 4 – Diversidade na Universidade

GT 5 – Estratégias transversais de comunicação e cultura

GT 6 – Equipamentos culturais e circulação da produção artística e cultural

GT 7 – Direitos autorais e Recursos Educacionais Abertos

17H – Pausa para Café

17H30 – Continuação das atividades dos GTs

19H30 – Jantar

DIA 23 DE ABRIL, TERÇA-FEIRA

8H - Mesa 3: Uma política para acervos digitais e a interface com a educação

10H - Mesa 4: O desafio da expansão do ensino, da pesquisa e da extensão em arte e cultura

11H30 - Mesa 5: Perspectivas para formação em competências criativas

13H - Almoço

DIA 24 DE ABRIL, QUARTA-FEIRA

8H – Grupos de trabalho: Consolidação das propostas

10h30 – Apresentação Cultural

Grupo de Percussão da UFBA

Pausa para Café

10H50 – Plenário: Compartilhamento dos relatos

13H – Encerramento



REFERÊNCIAS

• MÍDIAS SOCIAIS



www.facebook.com/culturaeuniversidade



www.twitter.com/CulturaeUniv



WebTVUFBA - www.youtube.com/user/webtvufba

ProExtensao - www.youtube.com/user/proextensao



www.flickr.com/photos/culturaeuniversidade

www.flickr.com/photos/seminarioculturaeuniversidade

• **SITE** - www.culturadigital.br/culturaeuniversidade

• **AGENDA ARTE E CULTURA DA UFBA** - www.agendartecultura.com.br

